



CONSCIENTIZAÇÃO PARA TRANSFORMAÇÃO SOCIAL: APONTAMENTOS PARA A PSICOLOGIA SOCIAL COMUNITÁRIA

*CONSCIENTIZATION FOR SOCIAL TRANSFORMATION: APPOINTMENTS FOR
COMMUNITY SOCIAL PSYCHOLOGY*

Mariana de Almeida Pinto¹
Fernando Santana de Paiva²

Resumo

O presente artigo trata-se de um estudo teórico que objetivou analisar a incorporação da categoria "conscientização" no campo da Psicologia Social Comunitária (PSC), de modo a refletir sobre o complexo arcabouço teórico que constitui tal pressuposto e os desafios que são colocados para a prática profissional da(o) psicóloga(o) comunitário(a) inserida(o) no atual contexto social brasileiro. Para tanto, buscamos delinear as bases teóricas da categoria conscientização a partir de Paulo Freire e sua adoção por percussores da psicologia social latino-americana, como Ignacio Martín-Baró e Maritza Montero. Em seguida, discorremos sobre os possíveis impasses teórico-metodológicos enfrentados por profissionais da psicologia para a concretização de ações de conscientização nos espaços de atuação profissional e comunitária. Consideramos que os limites e possibilidades colocados para a tarefa de conscientização perpassam por uma análise histórica dos fenômenos sociais e subjetivos, em sua relação dialética, tornando-se cada vez mais necessário o resgate e fortalecimento de perspectivas críticas de atuação que assumam, em sua radicalidade, o ideário ético-político de Libertação.

Palavras-chave: Conscientização; transformação social; psicologia social comunitária

Abstract

This article is a theoretical study that aimed to analyze the incorporation of the category "conscientization" in the field of Community Social Psychology (PSC), in order to reflect on the complex theoretical framework that constitutes such an assumption and the challenges that are posed for the professional practice of the community psychologist in the current Brazilian social context. Therefore, we seek to delineate the theoretical bases of the category of conscientization based on Paulo Freire and its adoption by latin american social psychology, such as Ignacio Martín-Baró and Maritza Montero. Then, we discuss the possible theoretical-methodological impasses faced by professionals in psychology to implement the conscientization in the spaces of professional and community action. We considers that the limits and possibilities placed on the task of conscientization involve a historical analysis of social and subjective phenomena, in their dialectical relationship, making it increasingly necessary to rescue and strengthen critical perspectives of action that they assume, in their radicality, the ethical-political perspective of Liberation.

Keywords: Conscientization; social transformation; community social psychology

¹ Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Minas Gerais, Brasil. E-mail para correspondência: dap.mariana@gmail.com. Campus Universitário, rua José Lourenço Kelmer, s/n - São Pedro, Juiz de Fora - MG, 36036-330. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2011-705X>

² Docente no Departamento de Psicologia da UFJF, Minas Gerais, Brasil. E-mail para correspondência: fernandosantana.paiva@hotmail.com ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6030-9777>

INTRODUÇÃO

A psicologia enquanto campo de conhecimento e atuação profissional configurou-se, ao longo de sua trajetória, a partir de importantes discussões a respeito dos rumos históricos tomados pelo campo, no que se refere ao papel cumprido frente à ordem social, tendo em vista os valores liberais contidos nas práticas psicológicas, tradicionalmente, elitizadas. No contexto latino-americano, a emergência da PSC ocorreu por meio de um movimento de contestação ao modelo de psicologia social desenvolvido nos países norte-americanos, de modo a contrapor os preceitos individualistas e subjetivistas hegemônicos em sua tradição (Montero, 2004a, 2004b; Góis, 2005).

Lacerda Jr. (2010) destaca, ainda, que a aproximação com abordagens do pensamento social crítico (em especial, da tradição marxista), a partir das décadas de 1960 e 70, foi fortemente influenciada pelas próprias contradições sociais que perpassavam o continente latino-americano, em um período marcado pela ascensão de regimes políticos ditatoriais, totalitários e violentos. Toda essa trajetória corroborou na busca pela “reconceituação” de diferentes objetos de estudos tradicionais da psicologia, deslocando-a de uma postura meramente subserviente para uma *práxis* combativa às relações de poder e opressão hegemônicas.

A colaboração com a formação da consciência crítica das classes populares e com a busca pela resolução dos problemas sociais, dessa forma, passam a compor o horizonte de muitos profissionais e pesquisadores comprometidos com a construção de uma psicologia crítica no contexto social latino-americano, marcado pela expressiva pobreza e desigualdade social. Dentro desse movimento, portanto, a busca pela consolidação de novas fundamentações teórico-metodológicas para o campo acompanhou o desenvolvimento de uma psicologia com bases no materialismo histórico-dialético e voltadas para o trabalho comunitário, numa atuação conjunta aos movimentos sociais e organizações de classe combativos, apontando como preocupação o papel do psicólogo em ações voltadas para a transformação da realidade social (Lacerda Jr., 2010; Lane, 2012a).

Ao analisar o histórico da PSC no Brasil, Lane (2012b) ressalta as influências oriundas do método da educação popular de Paulo Freire. Os pensamentos de Freire e sua preocupação com um modelo educacional voltado para uma alfabetização que servisse de instrumento para a conscientização envolveram diferentes categoriais profissionais, desde o contexto da década de 1960. Essa experiência contribuiu para que muitos psicólogos desenvolvessem trabalhos em comunidades orientados pelo propósito de conscientização das classes subalternas (Lane, 2012a). O método da educação popular e os pressupostos da pedagogia do oprimido, bem como das correntes da Libertação, portanto, estiveram presentes na conformação de toda a psicologia latino-americana, sendo incorporados por Ignacio Martin-Baró na construção da chamada Psicologia da Libertação, a qual possui uma forte relação com a trajetória da PSC na região, conforme discutem Montero (2004b) e Goes, Ximenes e Moura Jr. (2015).

Durante as últimas décadas, no Brasil, acompanhamos a inserção paulatina de psicólogas(os) em diferentes contextos de atuação, muitos destes marcados fortemente pelas expressões da “questão social” em nosso país, como a extrema pobreza, o desemprego e a violência, destacando-se, aqui, - ainda que não exclusivamente - o crescente trabalho desenvolvido no âmbito das políticas públicas. Ao discutir os desafios contemporâneos que atravessam a atuação profissional em contextos comunitários, Freitas (2015) aponta a necessidade de um contínuo processo de reflexão e avaliação críticas sobre a formação profissional e as ações realizadas em direção à conscientização e à transformação social.

Nessa direção, compreendendo o papel crucial da tarefa de conscientização na *práxis* comunitária, buscamos, no presente artigo, analisar a incorporação desta categoria no campo da Psicologia Social Comunitária (PSC), de modo a refletir sobre o complexo arcabouço teórico que constitui tal pressuposto e os desafios que são colocados para a prática profissional do(a) psicólogo(a) comunitário(a) inserido(a) no contexto social brasileiro, tendo em vista as (im)possibilidades e contribuições frente a processos emancipatórios.

CONSCIENTIZAÇÃO COMO ESTRATÉGIA DA PC LATINO-AMERICANA: APORTES PARA UMA ANÁLISE DESSA RELAÇÃO

O ideário da conscientização, como já sinalizado, ocupou um papel fundamental no pensamento de Paulo Freire, quem se tornou um dos maiores responsáveis pela propagação mundial desta categoria - tendo sido esta cunhada, como afirma o próprio Freire (1979), em torno de 1964, por uma equipe de professores do Instituto Superior de Estudos Brasileiros.

O pressuposto da conscientização carrega, no decorrer da evolução do pensamento e obra do autor, uma determinada concepção de sujeito e de sociedade, bem como um demarcado projeto ético e político que serviu de base para o modelo crítico e emancipatório de educação defendido pelo educador brasileiro. Como já sinalizado, o objetivo central do método freiriano está em auxiliar no processo de tomada de consciência crítica das classes oprimidas e exploradas sobre a realidade social vivenciada, tendo em vista os conflitos de classe e as estratégias de dominação capitalista, as quais servem ao aprisionamento e alienação dos sujeitos de sua própria condição. Conforme afirma Freire (1979), “a conscientização é um compromisso histórico. É também consciência histórica: é inserção crítica na história, implica que os homens assumam o papel de sujeitos que fazem e refazem o mundo” (p. 15).

Nesse sentido, a complexa tarefa de conscientização sugere uma visão de sujeito como ser social, ativo e histórico, produto e produtor das relações sociais, sendo, portanto, capaz de modificar o real num movimento contraditório e dialético. Conforme sinaliza, ainda, Freire (1981), a noção de consciência como histórica foge das concepções reducionistas do subjetivismo, em que apenas a mudança de consciência já acarretaria uma mudança da realidade, e do objetivismo mecanicista, que considera a consciência como mera reprodutora do mundo sensível.

Ao falar sobre conscientização, o autor resgata algumas noções basilares do materialismo histórico-dialético, no que tange ao movimento de objetivação-subjetivação constituinte da consciência e todas as qualidades e especificidades humanas, destacando, assim, o papel da ação prática dos sujeitos nesse complexo processo de socialidade. Conforme afirma o educador, “dessa forma, *consciência de e ação sobre* a realidade são inseparáveis constituintes do ato transformador do qual homens e mulheres se fazem seres de relação” (Freire, 1981, p. 53, grifo do autor).

Freire (1979, 1981) considera que o processo de conscientização se diferencia da simples tomada “espontânea” de consciência, na medida em que ocorre a partir do ato reflexão-ação, com base na relação consciência-mundo, permitindo que o sujeito assuma uma posição crítica e ontológica frente à realidade. Compreender o processo de conscientização implica, nesse sentido, o entendimento da formação da consciência como processo dialético frente ao mundo material, desenvolvendo-se por meio de movimentos constantes, contraditórios e não lineares, podendo avançar ou regredir em suas diferentes etapas, conforme discute também lasi

(2011).

Em sua análise sobre o caráter transitório da consciência, Freire (1979, 1981) apresenta três formas que considera características desse processo. O autor denomina, assim, a primeira forma de consciência como semi-intransitiva ou “mágica”, sendo marcada pela naturalização, alienação e passividade frente à realidade social. A segunda, chamada de consciência ingênuo-transitiva, se desenvolve a partir do acirramento das contradições da realidade social e pelo prevaente imediatismo em seu enfrentamento, enquanto a terceira forma caracteriza-se pela tomada de consciência crítica acerca das estruturas sociais hegemônicas em suas raízes e da necessidade de construção de uma nova sociedade (e, com isso, de uma nova consciência). Segundo o autor, portanto, a conscientização ocorre no avanço da consciência ingênua para a consciência crítica, em que se destaca o papel do diálogo e da problematização como mecanismos de enfrentamento às amarras ideológicas produzidas pela desigualdade social dominante (Freire, 1979, 1981; Góis, 2005; Vieira & Ximenes, 2008, 2012).

O interessante em sua análise - exposta, aqui, de grosso modo - é que ela parte da realidade concreta e(m) suas particularidades históricas para investigar as formas de consciência e capacidade de ação dos sujeitos e movimentos sociais diante de determinados contextos sociais, políticos e econômicos. O foco de todo o pensamento e atuação de Freire, nesse sentido, perpassa a compreensão (e transformação) do modo de ser e agir das classes populares, sobretudo, na realidade brasileira e latino-americana frente à condição de capitalismo dependente e periférico e toda a trajetória de colonização, autoritarismo e dominação imperialista.

Na concepção de Freire (1979, 1981), os povos latino-americanos tem suas vidas constituídas através da chamada “cultura do silêncio” provocada pela relação de dependência e subjugação aos interesses do imperialismo mundial, o que, imersa nas contradições de classe estruturais do capitalismo, forja a predominância de subjetividades e consciências dominadas e subalternizadas. A aposta na conscientização como ferramenta de transformação carrega o propósito de ruptura com os mecanismos ideológicos e as estruturas desiguais que assujeitam e fatalizam as classes populares, fazendo-as assumir muitos dos interesses e modo de vida da classe dominante como alternativa única, tendo em vista os mecanismos de opressão e submissão constituintes da complexa relação entre dominador e dominado.

Nesse sentido, para Freire (1981), a ação concreta e organizada das massas populares torna-se imprescindível para que as mesmas reconheçam criticamente sua posição social frente à desigualdade imperante, de modo a desnaturalizá-la, “o que significa que se assumam como “classe para si” (p. 65). Nessa mesma direção, em outra passagem de seu escrito, o autor afirma:

É algo importante perceber que a realidade social é transformável; que feita pelos homens, pelos homens pode ser mudada; que não é algo intocável, um fado, uma sina, diante de que só houvesse um caminho: a acomodação a ela. É algo importante que a percepção ingênua da realidade vá cedendo seu lugar a uma percepção que é capaz de perceber-se; que o fatalismo vá sendo substituído por uma crítica esperança que pode mover os indivíduos a uma cada vez mais concreta ação em favor da mudança radical da sociedade (p.33).

No campo da psicologia latino-americana, Ignacio Martín-Baró resgatou importantes pressupostos do pensamento de Freire em seu movimento de construção de uma psicologia crítica à sociedade dominante e às concepções a-históricas impregnadas na ciência psicológica tradicional. Nessa perspectiva, Martín-Baró (1986, 1996) defendeu uma psicologia que se ocupasse dos problemas sociais concretos enfrentados pela maioria popular

latino-americana, questionando o reducionismo psicológico predominante do campo “psi” que, em última instância, corrobora com a manutenção da ordem social desumanizadora. Segundo Martín-Baró (1996), portanto, “o *quefazer* do psicólogo não pode limitar-se ao plano abstrato do individual, mas deve confrontar também os fatores sociais onde se materializa toda individualidade humana” (p. 18).

Partindo desses apontamentos e com base numa leitura histórica e dialética da realidade, Martín-Baró (1996, 2017a) propõe o estudo crítico da consciência e ação humana como objetos centrais para a psicologia, de modo a desvelar os processos ideológicos que marcam a história e a vida cotidiana dos povos latinos em sua trajetória de dominação, dependência e exploração. Nesse sentido, o autor resgata as elaborações de Freire ao analisar o que chamou de “síndrome fatalista” latino-americana e seu atravessamento no modo de ser, agir e pensar das classes subalternas e pauperizadas (Martín-Baró, 2017b).

Assim como Freire, o autor compreende o fatalismo enquanto uma ideologia que, produzida nas e pelas relações de poder estruturais, sustenta-se numa perspectiva fragmentada, individualizada e naturalizada de encarar os conflitos sociais existentes. O fatalismo dominante provoca, assim, a predominância de processos psicossociais forjados pelo conformismo, pela passividade e resignação diante de uma realidade mistificada e lida como imutável. Por assumir uma visão histórica da consciência e dos processos sociais, Martín-Baró (2017b) traça uma rica análise do fatalismo latino-americano sem desconsiderar suas contradições e sua manifestação em cada contexto social e econômico específico, apontando, ainda, caminhos para sua superação a partir de processos de mudanças - pessoal e coletiva - que envolvem a recuperação da memória história, a organização popular e a prática de classe.

Podemos afirmar, nesse sentido, que tais apontamentos tornam-se basilares para compreender as principais tarefas históricas implicadas naquilo que - junto ao processo de desideologização da realidade social - Martín-Baró (1986, 1996) defendeu como horizonte primordial do *quefazer* da psicologia: a conscientização como ferramenta para transformação social. Segundo Martín-Baró (1996), portanto, o processo de conscientização “não consiste em um simples mudança de opinião sobre a realidade, em uma mudança da subjetividade que deixa intacta a situação objetiva” (pp. 16-17).

A conscientização é encarada como um movimento dialético de tomada de consciência e ação críticas frente às estruturas sociais alienantes, o que, segundo Martín-Baró (1986), configura a importância em considerarmos a dimensão psicológica da consciência pessoal dialeticamente atrelada à dimensão social e política. Esse movimento contribui para revelar a perspectiva histórica que se expressa no binômio saber-fazer, assim como na relação entre fortalecimento individual e a organização comunitária e a libertação pessoal atrelada com a transformação social.

Aliada a Martín-Baró na busca pela construção de um projeto crítico para a psicologia latino-americana, Maritza Montero levantou, também, questionamentos e proposições direcionadas à tarefa da conscientização. Aproximando-se dos pressupostos teórico-metodológicos sustentados pelo percussor da Psicologia da Libertação, Montero (2004a) buscou compreender os processos psicossociais conformados no contexto da América Latina evidenciando as inúmeras barreiras postas para o desenvolvimento da consciência crítica das maiorias populares, sobretudo, na dinâmica da pobreza e miserabilidade social.

A psicóloga venezuelana destacou, nesse sentido, os mecanismos de habituação, naturalização e familiarização que marcam a forma como os sujeitos dominados percebem e buscam enfrentar - sobretudo, por meio da aceitação acrítica - suas realidades cotidianas na extenuante batalha pela sobrevivência. Frente ao imediatismo, a individualização dos problemas sociais e a descrença em outras alternativas de modo de vida forjados pelas relações

sociais alienantes e opressoras, a autora defende o processo de conscientização e desnaturalização como ferramenta fundamental para o trabalho comunitário:

Por conscientização se entende o processo de mudança de consciência, de caráter libertador, a respeito de situação, fatos ou relações, causas e efeitos até então ignorados ou inadvertidos, mas que incidem de uma maneira que os sujeitos desse processo consideram negativos (Montero, 2004a, p. 262).

Para Montero (2004a), inspirada no pensamento freiriano, o processo de transformação da consciência tem um caráter permanente, dialético e supõe uma posição política de combate às ideologias e relações de poder dominantes. Nessa perspectiva, Montero (2010) destaca, ainda, o processo de fortalecimento como contribuição para o desenvolvimento da consciência crítica, afirmando que o mesmo pode auxiliar indivíduos, grupos e comunidades na obtenção e no manejo de recursos com o objetivo de alcançar melhorias nas condições subjetivas e materiais de vida, de modo a potencializar as formas de participação e organização comunitária. Fortalecimento e libertação, segundo a autora, devem caminhar juntos e compor o cotidiano da *práxis* do psicólogo comunitário, sendo combinados com os processos de conscientização, desideologização e problematização.

Como discute, portanto, Montero (2004b), o horizonte crítico e libertário inspirou fortemente a emergência de uma psicologia social comunitária que se atentasse aos reais problemas sociais vivenciados pelas classes populares, em particular, no cenário latino-americano. Dentre as principais referências do campo no Brasil, assim como Lane (2012a), Góis (2005), dialogando, ainda, com a psicologia histórico-cultural (soviética), sinaliza a importância da contribuição no desenvolvimento da consciência crítica para efetivar um trabalho profissional que esteja a serviço de fortalecer os sujeitos numa relação comunitária, visando a autonomia, participação e organização coletiva.

Tanto Góis (2005), quanto Vieira e Ximenes (2008, 2012) demonstram que a perspectiva freiriana - ainda que não exclusivamente - contribuiu no embasamento e construção de uma *práxis* “psi” engajada no fortalecimento dos sujeitos e grupos sociais em consonância ao enfrentamento das situações de opressão e miséria que acometem as comunidades populares no Brasil e em toda América Latina. Nos interessa, aqui, refletir sobre - e problematizar - alguns dos possíveis impasses para concretização de práticas profissionais alinhadas ao processo de conscientização e de transformação social, tendo em vista a trajetória específica da psicologia social comunitária no Brasil e as contradições sociais, políticas e econômicas a partir das quais vem se desenvolvendo.

PSC E CONSCIENTIZAÇÃO NA REALIDADE BRASILEIRA: ALGUNS APONTAMENTOS EM DIREÇÃO À TRANSFORMAÇÃO SOCIAL

Como discute Lacerda Jr. (2010), ao resgatar o trabalho de Freitas (2012), a conformação da PSC no contexto brasileiro apresentou diferentes fases e características em seu desenvolvimento, estando relacionadas a diversidade de modelos e práticas comunitárias implementadas desde seus incipientes passos na década de 60 até sua expansão a partir da década de 80. Sem ter a pretensão de adentrar nas especificidades dessa trajetória, consideramos importante reafirmar que a mudança no contexto de atuação do psicólogo - dos espaços tradicionais elitizados, como a clínica e serviços privados, para as comunidades - veio acompanhada de uma série de controvérsias e incongruências frente aos direcionamentos fundantes da PSC em todo o continente (Freitas, 2005).

Conforme já mencionado, foi durante as décadas de 70 e 80, em meio ao recrudescimento da ditadura militar no país, que os questionamentos relativos ao papel da psicologia frente à “questão social” fortaleceram-se no sentido

de deslocar a profissão para uma atuação mais política e engajada nos contextos comunitários onde já se inseria, visando contribuir efetivamente em processos de conscientização, autonomia e organização popular. Toda essa trajetória teve, ainda, como marco o processo de institucionalização da profissão a partir do contexto de abertura democrática do país e fortalecimento dos movimentos sociais progressistas à época, dos quais se desencadeou a formulação da Constituição de 88 e a conseqüente entrada de psicólogos (e outras categoriais profissionais) nas políticas públicas, como saúde e assistência social (Lacerda Jr, 2010; Freitas, 2012; Lane, 2012b).

Sabe-se que a implementação dos importantes preceitos constituintes em torno da responsabilização do Estado perante as expressões da “questão social” no Brasil, e toda a lógica da universalização dos direitos sociais e da cidadania, da participação e controle social, enfrentaram (e enfrentam cada vez mais) inúmeros entraves em sua concretização, sendo estes aprofundados pela emergência de uma nova etapa de desenvolvimento do capitalismo, aberta desde a década de 70 e marcada por sua crise estrutural e pelo avanço mundial do neoliberalismo, sobretudo, a partir dos anos 90 (Yamamoto, 2007; Netto & Braz, 2008).

Yamamoto (2007) e Lacerda Jr. (2010) discorrem, ainda, sobre como os retrocessos políticos e ideológicos e o agravamento das desigualdades sociais desencadeados na atual etapa neoliberal se relacionam com a expansão da psicologia comunitária no país, a partir da década de 90, com a entrada da categoria profissional nas políticas sociais em um contexto de avanço da agenda de sucateamento dos serviços públicos e abertura/privatização ao “terceiro setor”. Observou-se, desde esse período, a inflexão nas práticas comunitárias traduzidas, em sua maioria, por ações dispersas, acríicas e conservadoras, seguindo, ainda, a análise de Baima (2019). Esse movimento, no entanto, não se deu exclusivamente na *práxis* psicológica, configurando-se como uma problemática bastante presente nos tempos atuais.

Conforme complementa Montaña (2016), a ofensiva neoliberal e a tentativa de esmagamento de horizontes societários alternativos ao capitalismo favoreceu, ainda mais, a hegemonia de visões científicas fragmentadas e individualizantes dos problemas sociais. Os ideários críticos e revolucionários tem cada vez mais sido substituídos por propostas de mudanças pontuais por dentro da ordem vigente, através de projetos que preconizam “a autorresponsabilização do indivíduo, a desresponsabilização do Estado e a desoneração do capital” (Montaña, 2016, p. 122).

Com o aumento evidente das mazelas e contradições sociais produzidas pelo modo de produção capitalista, como o desemprego, a pobreza, a exploração e precarização do trabalho, a investida ideológica em falsas soluções pela via da meritocracia e/ou pelo assistencialismo/voluntarismo em detrimento da organização combativa e de classe configuram-se extremamente necessárias à manutenção da ordem social. Como já afirmado, o resultado disso tem sido o avanço, ao longo das últimas décadas, de perspectivas “possibilistas” limitadas às mudanças e reformas democráticas no interior da ordem social, contribuindo para o crescente esvaziamento do ideário de transformação social e de uma visão de sujeito como histórico (Montaña, 2016).

Nessa direção, portanto, consideramos pertinente e necessária a problematização relativa ao crescente enfraquecimento das práticas comunitárias em psicologia e a banalização de importantes preceitos críticos originários da PSC latino-americana (Lacerda Jr., 2010; Freitas, 2005, 2012; Oliveira & Paiva, 2016). Como reflexo do abandono de um horizonte radical de transformação social em prol de soluções imediatistas - em que a contribuição com mudanças mínimas tornaram-se o centro do “compromisso social” do psicólogo - observamos a prevalência de uma psicologia “comunitária”, desde a formação até as práticas profissionais, que não necessariamente rompe com as

perspectivas individualistas e acrílicas tradicionais da psicologia (Freitas, 2005, 2012; Yamamoto, 2007; Lacerda, 2010; Senra & Guzzo, 2012; Baima, 2014, 2019).

Tais questionamentos nos incitam, assim, a levantar alguns direcionamentos que podem contribuir no - cada vez mais urgente - resgate da conscientização como ferramenta da PSC, levando em consideração o verdadeiro projeto de libertação que a fundamenta. Nesse sentido, o próprio Paulo Freire já apontava (auto)críticas direcionadas ao esvaziamento dos propósitos da conscientização que consideramos pertinente recuperar na presente discussão.

Em uma rica entrevista concedida, em 1973, ao Instituto de Ação Cultural de Genebra (Freire, 1981), o educador reflete tanto sobre as limitações de seus trabalhos iniciais quanto as formas de apropriação mecanicistas e distorcidas da tarefa de conscientização observadas desde a sua época, em um contexto em que o reacionarismo e totalitarismo desafiava ainda mais a organização dos oprimidos e explorados. Resgatando o caráter pedagógico e dialético da tomada de consciência das classes populares em sua relação com a realidade cotidiana e as estruturas e relações de poder que as constituem, Freire (1981, p. 113) afirma: “antes de tudo, quero deixar claro que é impossível conceber a conscientização de forma correta, como se ela fosse um mero passatempo intelectual, ou a constituição de uma racionalidade desgarrada do concreto”, complementando logo em seguida: “por isto mesmo, repetamos, não há conscientização fora da práxis, fora da unidade teórico-prática, reflexão-ação”.

Ao longo de toda a entrevista, o educador discorre sobre os caminhos táticos e estratégicos que considera parte do processo de conscientização, trazendo considerações, sobretudo, aos partidos revolucionários por compreendê-los como ferramentas fundamentais para a tomada de consciência de classe dos oprimidos e, portanto, para a superação da sociedade que os subjuga a tal condição. Toda essa análise torna-se primordial para as críticas que Freire (1981) levantou, também, ao papel do educador frente à conscientização das massas populares: “pelo fato mesmo de não poder ser um quefazer atomizado, espontaneísta ou paternalista, o trabalho de conscientização exige de quem a ele se dedica uma clara percepção das relações entre parcialidade e totalidade, tática e estratégia, prática e teoria” (p. 114).

Os questionamentos e contribuições ao trabalho específico dos educadores são aprofundados por meio de notas escritas pelo autor em 1975, também presentes na anterior obra citada, a partir das quais Freire destaca a problemática relacionada à crescente burocratização, ao tecnicismo e à mistificação da conscientização desenvolvidos no âmbito da educação. Freire (1981), nesse sentido, critica o reducionismo da tarefa política da conscientização aos métodos e técnicas de intervenção profissional, sustentados por uma visão ingênua que toma “a educação como alavanca da transformação da realidade” (p. 118), desvinculando-a das estruturas econômicas e societárias que a preservam.

Sem ignorar a necessidade de uma atuação crítica dos educadores em prol de uma educação libertária, o autor afirma: “é preciso, porém, que reconheça, lucidamente, suas limitações e, aceitando-as com humildade, evite cair, de um lado, num pessimismo aniquilante, de outro, num oportunismo cínico” (Freire, 1981, p. 119). Como não é difícil perceber, as (auto)críticas e apontamentos de Paulo Freire tornam-se bastante atuais se pensarmos nos desafios que cabem ao psicólogo comunitário, tendo em vista as já mencionadas incoerências observadas em grande parte das práticas profissionais adotadas na área, especialmente, no contexto brasileiro em que acompanhamos sua institucionalização pela via das políticas públicas.

Freitas (2015) analisa alguns destes impasses teórico-metodológicos colocados na trajetória histórica e recente da PSC, os quais atravessam desde a formação elitizada em psicologia - que, por sua vez, reverbera nos tradicionais

problemas ainda não superados, como o da psicologização dos fenômenos sociais -, até os desafios agravados pelas particularidades do cenário político-econômico atual, que impõem aos(as) profissionais contextos (e condições) de trabalho cada vez mais precarizados. O momento presente, portanto, ordena ainda mais barreiras ao trabalho engajado na politização da consciência e participação popular/comunitária, processos estes que estão fortemente articulados (Góis, 2005; Vieira & Ximenes, 2012), uma vez que observamos a capilaridade de ideologias pautadas na assistencialização e individualização da “questão social”, bem como a crescente escassez das condições materiais concretas de vida, sobretudo, dos mais pauperizados, o que tende a reforçar a predominante perspectiva do fatalismo, do presentismo e da naturalização diante de um cotidiano forjado na árdua e injusta batalha pela sobrevivência.

Nesse sentido, nas últimas décadas, as múltiplas experiências e trabalhos desenvolvidos por psicólogo(a)s em contextos comunitários - a despeito de sua diversidade, dos avanços e retrocessos, erros e acertos - tem revelado, sobretudo, as problemáticas impelidas pela realidade de pobreza e desigualdades cada vez mais expressivas no meio urbano e rural, considerando a confluência dos aspectos materiais e psicossociais, conforme apresentam alguns dos trabalhos compilados na obra de Ximenes, Nepomuceno, Cidade & Moura Jr. (2016). Diante desse cenário desafiador, as tendências atuais traçadas pelo avanço da crise neoliberal, assentada no fortalecimento de projetos reacionários e fundamentalistas e no enfraquecimento da organização dos setores explorados e oprimidos, ao mesmo tempo em que podem comprometer o empenho de uma atuação profissional crítica (Baima, 2019), exigem cada vez mais que a psicologia, atentando-se às suas próprias contradições, (re)assuma uma perspectiva popular e combativa em sua *práxis* comunitária.

Sabemos, portanto, que muitas das indagações, por nós, levantadas não são tão inovadoras, sobretudo, quando resgatamos as contribuições de Martín-Baró (1996) para se pensar uma atuação coerente e contextualizada em psicologia. Ainda assim, nos parece que tal resgate tem sido cada vez mais necessário para o fortalecimento de uma psicologia social comunitária que se concretize e dê sentido ao *quefazer* cotidiano dos psicólogos em tempos cuja austeridade política, social e econômica, bem como o conservadorismo político e social se intensificam. Nesse sentido, retomando os ensinamentos do autor, os psicólogos devem buscar elaborar questões que versem sobre a natureza de sua atividade e, portanto, a respeito do papel que temos desempenhando na sociedade de classes, desigual e opressora. Por conseguinte, Martín-Baró (1996) nos alerta para a central e indispensável indagação sobre quais os *efeitos* concretos e históricos estão sendo produzidos pela ação profissional, bem como a *serviço de quem* a mesma se configura.

Assim como buscou dialogar Freire com os educadores de seu tempo, Martín-Baró (1996) deixa em evidência os limites inerentes ao papel do psicólogo frente à necessidade histórica de transformação revolucionária das bases materiais que sustentam o fatalismo e o empobrecimento psíquico, sem, contudo, abandonar as potenciais contribuições que a psicologia pode (e deve) exercer a favor das necessidades e interesses das maiorias populares. Nesse sentido, reafirmamos: a adoção de uma visão histórica e dialética de sujeito em sua produção subjetiva, material e consciente, bem como da função *política* da conscientização dos povos oprimidos, torna-se ponto de partida essencial para o fortalecimento de um projeto ético-político nítido e coerente com uma atuação a partir dos fundamentos da psicologia social comunitária.

Conforme acrescentam, ainda, Oliveira e Paiva (2016), quando falamos em uma psicologia que atua no combate à pobreza e em defesa dos direitos humanos, o projeto ético-político a ser seguido deve ser aquele que rompa com o caráter ideológico da profissão e que fuja de uma perspectiva conformista e possibilista. Deve ser,

portanto, o de uma psicologia mais política, que faça críticas radicais, no sentido de ir à raiz dos problemas sociais enfrentados, fugindo das análises simplistas da realidade.

Nesse sentido, junto à formulação de técnicas e métodos de intervenção comunitária que possam contribuir com a conscientização das classes populares, se faz necessário que os próprios psicólogos superem a visão predominantemente ingênua e imediatista sobre a realidade social, reconhecendo-se como uma classe, também, inserida nos processos de exploração e alienação. Conforme prosseguem Oliveira e Paiva (2016), em direção ao que Martín-Baró (1996) já preconizara, é imprescindível uma atuação profissional aliada aos interesses de toda a classe trabalhadora que compreenda o seu pequeno, mas importante papel frente ao complexo processo de emancipação humana, o qual exige, segundo as autoras, “trabalho árduo, organização, militância e paciência histórica” (p. 243).

Acreditamos que a PSC, pelos seus pressupostos e pelo *locus* de atuação que privilegia, apresenta um grande potencial para a contribuição no processo de tomada de consciência crítica dos sujeitos oprimidos, com vistas à transformação social, a partir de um trabalho direcionado ao fortalecimento psicossocial e às melhorias das condições precárias de vida impostas a uma significativa parte da população brasileira. No entanto, como já discurremos nesse artigo, não basta uma atuação em comunidade e frente às classes populares para que se possa afirmá-la crítica e transformadora (Montero, 2004a; Lacerda Jr., 2010; Freitas, 2012; Baima, 2019).

O regate de um ideário libertador para a psicologia em sua efetivação por meio do processo de conscientização, desde Paulo Freire a Martín-Baró, não pode ser alcançado de forma mecânica, reducionista e individualizada. Conscientização presume a potencialização da capacidade dos sujeitos em apreender sua realidade através da ação concreta e cotidiana sobre ela; implica, sobretudo, em superar as ideologias dominantes, cada vez mais fortalecidas, de modo que os oprimidos passem a enxergar não apenas suas necessidades “em si” e, sim, atreladas a uma condição estrutural de classe (“para si”), percebendo “a tarefa histórica que lhes é própria” (Freire, 1981, p. 114).

Sabemos que tais implicações se tornam tão necessárias quanto ainda mais desafiadoras no atual cenário de intensificação dos retrocessos aos mínimos direitos sociais e democráticos conquistados ao longo de décadas de luta e organização da classe trabalhadora. Assim como a defesa das políticas públicas, na perspectiva de sua universalização e participação social, se coloca como essencial para o trabalho do psicólogo comunitário em tempos que observamos seu crescente desmonte e precarização, a urgência em superar a profunda desigualdade social e as relações de opressão e exploração humana aponta para uma *práxis* engajada na construção de ferramentas estratégicas que extrapolem o imediatismo e o presentismo forjados no cotidiano da atuação profissional.

Dessa forma, acreditamos que a adoção de um *ethos* libertário, pelo qual o processo de conscientização deve se pautar, passa a demandar alguns direcionamentos dos psicólogos comunitários que se proponham críticos. Dentre eles, destacamos: 1) a delimitação clara de qual o projeto de sociedade construir (uma sociedade para além do capital); 2) a análise histórica dos fenômenos sociais, políticos e econômicos vigentes, considerando, assim, as dimensões estruturais de dominação, exploração e opressão capitalista; 3) a apreensão de categorias ontológicas e epistemológicas que não descolem sujeito e realidade; objetividade e subjetividade etc.; 4) a compreensão dos limites e entraves do Estado e das políticas públicas no processo de emancipação humana e, com isso, 5) a clareza do papel a ser desempenhados pelos diferentes atores e sujeitos sociais nesse processo; 6) fortalecer a prática de classe e a organização popular em prol da transformação radical da sociedade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar o processo de conscientização enquanto uma ferramenta essencial para o trabalho do psicólogo comunitário, no contexto latino-americano e brasileiro, implica em adentrar em diversas questões pertinentes à construção do saber científico e da realidade social. O presente trabalho buscou, desse modo, contribuir na investigação da relação entre essa categoria e a conformação da PSC, assim como buscou apontar obstáculos e possibilidades teórico-metodológicos que permeiam a efetivação da adoção do processo de conscientização e de transformação social.

Sabemos que a adoção de determinadas abordagens críticas, que culminou em uma certa “reconceituação” no campo “psi”, representou um importante avanço na tentativa de modificação da cultura profissional hegemônica acrítica e a-histórica. Ainda assim, o debate sobre a função social da psicologia incita cada vez mais provocações e está longe de perder sua relevância para a ciência e para a sociedade. O dinamismo que caracteriza o desenvolvimento das relações e estruturas sociais, pelo contrário, aponta a necessidade de uma constante reflexão e reformulação das teorias e métodos utilizados para a análise e a intervenção críticas da realidade.

Nesse sentido, consideramos que para apontar a conscientização e a perspectiva de transformação radical da sociedade, na realidade brasileira e latino-americana, torna-se fundamental analisar os desafios postos pela conjuntura política mundial atual, marcada por uma ofensiva neoliberal e pela tentativa de enfraquecimento de estratégias de transformações radicais e revolucionárias da sociedade. Tal problemática, relacionada com os aspectos relativos à função histórica da psicologia, se apresenta como um incessante e necessário objeto de análise. Mesmo considerando os limites inerentes à psicologia em processos de ruptura da ordem social, torna-se mais do que necessário o fortalecimento de uma atuação profissional crítica que privilegie a contribuição em processos de organização e luta popular que defendam os direitos sociais e as conquistas democráticas - cada vez mais escassos - sem perder de vista a radicalidade do ideário ético-político da Libertação.

REFERÊNCIAS

- Baima, L. S. (2014). Limites e Possibilidades na Contribuição para a Mudança Social: uma avaliação da formação em Psicologia Social Comunitária no Brasil. Dissertação de mestrado não-publicada, Pontifícia Católica de Campinas, Campinas, Brasil.
- Baima, L. S. (2019). Psicologia e luta de classes no Brasil: uma análise histórica da inflexão política da psicologia comunitária. Tese de Doutorado, Pontifícia Católica de Campinas, Campinas, Brasil.
- Freire, P. (1979). *Conscientização: Teoria e Prática da Libertação: Uma Introdução ao Pensamento de Paulo Freire*. São Paulo: Cortez & Moraes.
- Freire, P. (1981). *Ação cultural para a liberdade e outros escritos* (5a ed.). Rio de Janeiro: Paz e Terra.

- Freitas, M. F. Q. (2005). (In)Coerências entre práticas psicossociais em comunidade e projetos de transformação social: aproximações entre Psicologia Social da Libertação e Comunitária. *Psico*, 36 (1), pp. 47-54.
- Freitas, M. F. Q. (2012). Psicologia na comunidade, psicologia da comunidade e psicologia (social) comunitária – Práticas da psicologia em comunidade nas décadas de 1960 a 1990, no Brasil. Em: Campos, R. H. F. (org.), *Psicologia Social Comunitária: Da solidariedade à autonomia* (17a ed., pp. 44-65). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Freitas, M. F. Q. (2015). Práxis e formação em Psicologia Social Comunitária: exigências e desafios ético-políticos. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 32 (2), pp. 521-532.
- Goes, N. A.; Ximenes, V. M. & Moura Jr., J. F. (2015). Relações da Psicologia Comunitária com a Libertação a partir da dialética dominação-opressão. *Teoría y Crítica de la Psicología*, 6, pp. 140-161.
- Góis, C.W.L. (2005). *Psicologia Comunitária: atividade e consciência*. Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire.
- Iasi, M.L. (2011). *Ensaio sobre consciência e emancipação* (2a ed.). São Paulo: Expressão Popular.
- Lacerda Jr., F. (2010). Notas Sobre o Desenvolvimento da Psicologia Social Comunitária. Em: Lacerda Jr., F. & Guzzo, R. S. L. (orgs), *Psicologia & sociedade: interfaces no debate sobre a questão social* (pp. 19-41). Campinas: Alinea Editora.
- Lane, S. T. M. (2012a). A psicologia social e uma nova concepção do homem para a psicologia. Em: Lane, S. T. M. & Codo, W. (orgs), *Psicologia social: o homem em movimento* (14a ed., pp. 10-19). São Paulo: Brasiliense.
- Lane, S. T. M. (2012b). Histórico e fundamentos da psicologia comunitária no Brasil. Em: Campos, R. H. F. (org), *Psicologia Social Comunitária: Da solidariedade à autonomia* (17a ed., pp. 15-28). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Martin-Baró, I. (1986). Hacia una psicología de la liberación. *Boletín de Psicología*, 22, pp. 219-230.
- Martin-Baró, I. (1996). O papel do psicólogo. *Estudos de Psicologia*, 2 (1), pp. 7-27.
- Martin-Baró, I. (2017a). Entre o indivíduo e a sociedade. Em: Martin-Baró, I., *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 101-161). (Org. e Trad. Lacerda Jr., F.). Petrópolis: Editora Vozes.
- Martin-Baró, I. (2017b). O latino indolente: caráter ideológico do fatalismo latino-americano. Em: Martin-Baró, I., *Crítica e libertação na Psicologia: estudos psicossociais* (pp. 173-203). (Org. e Trad. Lacerda Jr., F.). Petrópolis: Editora Vozes.
- Montaño, C. (2016). Marxismo e transformação social: tendências e contratendências. Em: Oliveira, I. F.; Paiva, I. L.; Costa, A. L. F. C.; Coelho-Lima, F. & Amorim, K. (orgs), *Marx hoje: pesquisa e transformação social* (pp. 101-134).

São Paulo: Outras Expressões.

Montero, M. (2004a). *Introducción a la Psicología Comunitaria: desarrollo, conceptos y procesos*. Buenos Aires: Paidós.

Montero, M. (2004b). Relaciones Entre Psicología Social Comunitaria, Psicología Crítica y Psicología de la Liberación: Una Respuesta Latinoamericana. *Psyche*, 13(2), pp. 17-28.

Montero, M. (2010). A tensão entre o fortalecimento e as influências alienadoras no trabalho psicossocial comunitário e político. Em: Lacerda Jr., F. & Guzzo, R.S.L. (orgs), *Psicologia & sociedade: interfaces no debate sobre a questão social* (pp. 65-81). Campinas: Alinea Editora.

Netto, J. P. & Braz, M. (2008). *Economia Política: uma introdução crítica* (4a ed.). São Paulo: Cortez.

Oliveira, I. F. & Paiva, I. L. (2016). A atualidade do marxismo e sua contribuição para o debate sobre a formação e atuação do profissional de Psicologia. Em: Oliveira, I.F.; Paiva, I.L.; Costa, A.L.F.C.; Coelho-Lima, F. & Amorim, K. (orgs), *Marx hoje: pesquisa e transformação social* (pp. 223-244). São Paulo: Outras Expressões.

Senra, C. M. G. & Guzzo, R. S. L. (2012). Assistência social e psicologia: sobre tensões e conflitos do psicólogo no cotidiano do serviço público. *Psicologia & Sociedade*, 24 (2), p. 293-299.

Vieira, E. M. & Ximenes, V. M. (2008). Conscientização: Em que interessa este conceito à psicologia. *Psicologia Argumento*, 26 (52), pp. 23-33.

Vieira, E. M. & Ximenes, V. M. (2012). Atividade Comunitária e Conscientização: uma investigação a partir da participação social. *Barbarói*, 36, pp. 91-112.

Ximenes, V. M., Nepomuceno, B. B., Cidade, E. C. & Moura Júnior, J. F. (2016). *Implicações psicossociais da pobreza: diversidades e resistências*. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora.

Yamamoto, O. H. (2007). Políticas sociais, "terceiro setor" e "compromisso social": perspectivas e limites do trabalho do psicólogo. *Psicologia & Sociedade*, 19